



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## SEMINÁRIO - MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PODER

### LEGISLATIVO

DATA: 31/5/19

Realizador: Comissão de Participação Popular - CPP

Local de realização: Plenário Amyntas de Barros

### 15h20min - Abertura

#### Composição da Mesa:

- o vereador Catatau do Povo, presidente da CPP;
- o vereador Pedrão do Depósito; membro efetivo da CPP;
- a vereadora Cida Falabella; membra efetiva da CPP e coordenadora da Parte I deste seminário;
- a vereadora Nely Aquino, presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH;
- a vereadora Bella Gonçalves, membra efetiva da CPP.

### 15h21min - Pronunciamentos

A vereadora **NELY AQUINO** informou já ter feito parte da CPP. Disse que essa comissão permite aproximar-se mais das comunidades. Considerou que a relação do povo de Belo Horizonte com a CMBH ainda não é ideal, pois muitos desconhecem o trabalho desenvolvido pelo órgão. Registrou que a Casa tem trabalhado para trazer o povo para perto do Poder Legislativo e salientou que toda discussão em torno do assunto é uma oportunidade para o surgimento de novas ideias e propostas.

Tomou assento à mesa: a ex-presidenta da CPP da CMBH, educadora popular, especialista em Gênero e Igualdade pela Universidade Autônoma de Barcelona - UAB - e mestra em Ciências Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais, deputada federal Áurea Carolina.

O vereador **CATATAU DO POVO** apontou que os vereadores são eleitos para servir e dar



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

voz ao povo. Afirmou ter orgulho de presidir a CPP desta Casa.

O vereador **PEDRÃO DO DEPÓSITO** evidenciou o trabalho desenvolvido pela então vereadora Áurea Carolina à frente da CPP. Discorreu sobre a importância de conscientizar a população sobre o Legislativo, em um momento de descrédito na política e no poder do voto.

A deputada federal **ÁUREA CAROLINA** avaliou ser fundamental pensar em novos mecanismos de participação popular em um período em que o governo federal quer calar a voz do povo. Disse que a democracia é a melhor forma de lidar com problemas sem recorrer à violência. Recordou que, nos dois anos em que copresidiu a CPP com o vereador Edmar Branco, tentou ouvir as comunidades e transformar as escutas em encaminhamentos para políticas públicas. Defendeu que os mecanismos de participação popular devem ser institucionalizados, para que tenham continuidade mesmo com a renovação do corpo parlamentar.

A vereadora **BELLA GONÇALVES** refletiu sobre a desesperança na democracia e o distanciamento do povo com as câmaras municipais. Relatou ter participado do movimento de ocupação da CMBH em 2013, que teria sido considerado uma afronta ao Legislativo na época. Considerou que a Casa tem se tornado mais aberta e transparente, mesmo que em um processo lento.

A vereadora **CIDA FALABELLA** afirmou alegrar-se em participar deste seminário após as manifestações do dia 30/5/19. Disse considerar que o poder público tem *povofobia*, e avaliou não ser possível promover a democracia com esse pensamento. Evidenciou o comprometimento dos vereadores da CPP com os territórios que representam.

### **15h46min - Parte I: Participação Popular e o Poder Legislativo**

#### **Composição da Mesa:**

- o consultor da Divisão de Consultoria Legislativa - Divcol, Leonardo Assis, para apresentação de relatório sobre Participação Popular;
- a professora associada e vice-chefa do Departamento de Ciência Política da Universidade - DCP - da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Claudia Feres Faria;



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- o mestre e doutorando em Ciência Política pela UFMG, Thales Torres Quintão.

### 15h48min

Palestrante: Cristiano Ferri, gestor de projetos de inovação, especialista em Parlamento Digital do Centro de Formação e Treinamento da Câmara dos Deputados (*online*).

#### Síntese da palestra:

**CRISTIANO FERRI** discorreu sobre a Maratona *Hack*, evento realizado pela Câmara dos Deputados. Disse ter identificado, nesse evento, grande energia colaborativa por parte da sociedade para a construção de novas formas de participação popular no Poder Legislativo.

Após ocorrer falha no canal de comunicação com o palestrante, a vereadora **CIDA FALABELLA** procedeu à leitura de carta enviada pelo presidente da CPP da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - ALMG, deputado estadual Dr. Jean Freire, que não pôde comparecer neste seminário.

Retomada a comunicação, **CRISTIANO FERRI** disse que é preciso pensar o conceito de parlamento aberto, sob as perspectivas da visão, da transparência, da voz e da participação. No campo da visão, apresentou exemplo de projeto francês que mapeou a trajetória de proposições. Disse que o Brasil e o mundo enfrentam problemas similares, pois o cidadão não compreende como funciona o processo legislativo. Afirmou que é preciso simplificar o processo legislativo, para, em uma etapa posterior, comunicá-lo da melhor maneira à sociedade. No eixo da transparência, ponderou não ser suficiente simplesmente disponibilizar informações nos portais institucionais. Explicou ser necessário educar o cidadão para que seja capaz de compreender essas informações. Discorreu sobre projeto da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG - que torna possível gerar, por meio de uma série de indicadores medidos por Inteligência Artificial - IA, um termômetro político das proposições. Opinou que há uma tendência para maior acompanhamento da atuação parlamentar e disse acreditar que a retórica política vazia chegará ao fim em médio prazo. Sobre a voz, informou que há três momentos em que a participação no processo legislativo é possível: 1) no pré-legislativo, antes de alguma proposição ser elaborada. Apresentou projeto internacional chamado Parlamento Cidadão, em tradução livre, que torna possível ao parlamentar apresentar um problema à sociedade e convidá-la a participar da construção



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

colaborativa de um projeto de lei para solucioná-lo; 2) durante o processo legislativo. Destacou o portal e-Democracia, da Câmara dos Deputados, que contém ferramentas para que o cidadão apresente emenda a dispositivo de projeto de lei enquanto ainda está em comissão permanente para emissão de parecer. Disse que essa iniciativa mostrou-se menos eficaz em projetos complexos e polêmicos, como, por exemplo, os que envolvem questões morais. Referindo-se à ideia de que a participação popular não poderá substituir a representação política, argumentou que a representação é potencializada pela participação da sociedade; 3) no pós-legislativo. Disse que o Brasil e o mundo investem pouco nessa área. Atentou para a importância da avaliação colaborativa do impacto das leis aprovadas. Mencionou projeto da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás que permite ao cidadão auxiliar o Legislativo em sua função fiscalizadora. Citou também ferramenta de transmissão de audiência pública, em que a população pode participar, ao vivo, por *chat*. Disse não concordar com corrente que defende a substituição das ferramentas institucionais pelas redes sociais, por entender que, além de pertencerem a empresas privadas, não foram desenhadas para o processo democrático. Informou que diversas ferramentas estão à disposição de outras câmaras municipais e assembleias por meio do portal e-Democracia e podem ser adaptadas à realidade de cada órgão. Ao final, fez demonstração de experimento da Câmara dos Deputados em que um robô com reconhecimento de voz, chamado de *chatbot*, trabalha como assessor virtual dos parlamentares e pode responder, por exemplo, como um parlamentar votará na Reforma da Previdência ou qual sua agenda da semana.

A vereadora **CIDA FALABELLA** agradeceu a participação virtual de Cristiano Ferri.

### **16h19min**

Palestrante: Leonardo Assis

#### **Síntese da palestra:**

**LEONARDO ASSIS** informou que, há cerca de dois anos, a CPP da CMBH solicitou que a Divcol fizesse um estudo técnico sobre as CPPs de outras casas legislativas e propusesse aprimoramentos ao sistema de participação popular da Casa. Considerou que a CMBH já está mais próxima da população em relação a outras instituições pesquisadas. Citou como exemplo disso o grande comparecimento a audiências públicas e o acesso direto a gabinetes de vereadores. Registrou que há CPPs em 11 capitais brasileiras, e acrescentou haver uma



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

tendência de que essas comissões recebam demandas da sociedade por meio de entidades associativas da sociedade civil. Explicou a estrutura da CPP na CMBH: uma comissão permanente, criada por resolução e composta por um representante da Mesa Diretora e um de cada comissão permanente da Casa. Informou que o quórum mínimo para as reuniões dessa comissão é de 10 vereadores, o que inviabilizaria a realização da maioria das reuniões. Informou que, desde 2010, a CPP recebe propostas da Câmara Mirim e do Parlamento Jovem. Apresentou outros mecanismos de participação popular na Casa: audiências públicas frequentes; projetos de iniciativa popular previstos pela Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte - LOMBH; opinião sobre projetos de lei no portal e prazo para apresentação de emendas populares, inclusive individuais, para peças orçamentárias na Comissão de Orçamento e Finanças. Ponderou que, de acordo com estudo feito, a participação popular é apenas um dos seguintes eixos possíveis para o desenvolvimento institucional da CMBH. Acrescentou que as outras formas são a agenda-processo e a produção legal; o controle sobre os atos do Executivo e a transparência. Elencou as seguintes iniciativas experimentais de outras casas legislativas, que podem ser adotados pela Casa: ampliação de formas de apresentação de proposições, acompanhamento de projetos de lei *online*, audiências públicas interativas, sugestão de proposição *online*, enquetes, fórum de discussões e portal de políticas públicas. Destacou que aumentar a participação popular é importante e que as formas de se atingir esse propósito estão abertas a debate.

A vereadora **CIDA FALABELLA** observou que a participação popular é um sistema complexo que perpassa pela atuação de todas as comissões da Casa.

**16h37min**

Palestrantes: Thales Torres Quintão e Cláudia Feres Faria

### **Síntese da palestra:**

**CLÁUDIA FERES** disse que falar neste evento sobre inovações democráticas no campo da participação popular nas casas legislativas é importante por ser uma forma de valorizar a produção acadêmica em um momento em que as universidades públicas estão desacreditadas. Ponderou que não existe dicotomia entre participação e representação, mas complementaridade.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**THALES QUINTÃO** iniciou apresentação por meio de eslaides sobre participação popular em casas legislativas, desenvolvendo o tema em quatro tópicos: a) contexto: disse que existem várias formas de envolver a sociedade, tais como informação, educação cívica, consulta e participação. Falou sobre a importância de garantir que as pessoas *vivam* o parlamento e percebam questões além da política partidária. Informou que as funções do Legislativo não se limitam a legislação e fiscalização, pois também envolvem exposição e resolução de conflitos, legitimação de decisões, produção legislativa, representação de interesses, escrutínio público sobre instituições e atores políticos, educação cívica e assessoramento de outros poderes. Observou que, para atravessar crises do modelo de representação política, é preciso desenvolver novas interfaces com a sociedade e arenas institucionalizadas de participação; b) importância: disse que a participação popular é importante para gerar informações, sejam elas técnicas ou cotidianas, para que o Legislativo seja menos dependente de informações fornecidas pelo Executivo e tenha mais convicção em suas decisões; c) principais desenhos: disse que as três formas principais de participação popular ocorrem no processo de formulação de leis, na elaboração e regulação das políticas públicas e no processo de revisão orçamentária. Elencou os cinco principais desenhos: audiências públicas, ouvidorias, Comissões de Legislação Participativa - CLPs, bancos de leis e Fóruns Digitais de Discussão - FDDs. Observou que os três primeiros são os desenhos mais comuns e precisam ser atualizados. d) aprimoramentos de participação: informou que aprimoramentos dependem de algumas variáveis, como a disponibilidade de recursos administrativos e institucionais, apoio e envolvimento político-institucional, protagonismo de parlamentares e estabelecimento de vínculos e parcerias com outras casas legislativas. Apresentou um panorama histórico da participação popular no Legislativo, que se desenvolveu em três fases: a fase do assembleísmo, ocorrida nos anos 90, com foco em audiências públicas; a fase dos comitês, ocorrida nos anos 2000, com foco em ouvidorias e, a fase atual de saturação ou novos rumos, iniciada em 2011, com foco em engajamento digital, denominado *CrowdLaw*.

**CIDA FALABELLA** disse considerar que a pesquisa acadêmica tem sinergia com outras instâncias de participação. Relatou que, em seu mandato, tem experimentado alternativas criativas para aproximação com a sociedade, como o grupo de teatro Diferentonas.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**17h7min - Debate** - Respostas aos questionamentos e a outras intervenções do público.

Respondendo a questionamento sobre dispositivo da LOMBH que prevê um prazo de até 15 dias para manifestação individual a respeito de projetos, como o Plano Diretor, **LEONARDO ASSIS** informou que não foi instituída forma oficial para recebimento dessas manifestações.

Respondendo a questionamento sobre como estimular a população a pesquisar sobre os candidatos e exercer controle sobre os mandatos dos políticos eleitos, **THALES QUINTÃO** disse ser necessário pensar em estratégias diferentes. No processo de debate sobre problemas, afirmou ser coerente estimular a participação das pessoas que, de fato, são afetadas por tal problema. Já para o processo de elaboração de leis, disse acreditar na promoção de oficinas de técnica legislativa.

**17h11min - Encerramento**

A vereadora **CIDA FALABELLA** agradeceu a oportunidade de coordenar a primeira parte deste seminário.

**17h12min - Parte II**

**Composição da Mesa:**

- o consultor técnico de assessoramento da CPP da ALMG, Mário César Rocha Moreira;
- o gerente de Projetos Institucionais da ALMG, Dalton Macedo;
- a superintendente de Comunicação Institucional e coordenadora do Conselho Gestor do Portal da CMBH, Bianca Casadei Melillo;
- o coordenador da Ouvidoria da CMBH, Marco Aurélio Sezini;
- o coordenador de Informática da CMBH, Guilherme Marques Millas;
- o chefe da Seção de Sistemas de Informação da CMBH, Matheus Alcântara Souza;
- a gerente da Escola do Legislativo da CMBH, Roberto Edson de Almeida;
- a representante da Procuradoria da CMBH, Emanuela Pilé;
- a deputada federal do Partido Socialismo e Liberdade - PSOL - e ex-presidenta da CPP da CMBH, Áurea Carolina.

**17h14min - Parte II - Experiências de Participação Popular no Legislativo****Palestrante:** Mário César Rocha Moreira**Síntese da palestra:**

**MARIO MOREIRA** apresentou histórico, competências e composição atual da CPP da ALMG. Criada pela Resolução nº 5.212/03, tendo por competência a apreciação de três matérias: 1) Propostas de Ação Legislativa - PLEs - que podem ser apresentadas por qualquer organização da sociedade civil, e, caso aprovadas, podem transformar-se em proposição legislativa (projeto de lei, emenda a projeto de lei, requerimento, entre outras), passando a tramitar na ALMG como sendo de autoria da CPP; 2) a realização de consulta pública sobre assunto de interesse relevante e 3) a sugestão popular visando a aprimorar os trabalhos parlamentares. Os temas mais discutidos nas 89 audiências públicas realizadas na legislatura 2015-2018: conflitos fundiários urbanos, direito à moradia, direitos humanos, violência contra a mulher e contra crianças, planejamento e orçamento público e transporte de passageiros. Ressaltou a possibilidade de se assistir e enviar perguntas ao vivo para as audiências públicas, disponíveis no *site* da ALMG. Informou que, desde 2003, a ALMG promove a discussão participativa dos projetos de lei do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - e do orçamento estadual anual, tendo contado com cerca de 10.200 participações. Nesse período, em 16 edições do evento, a CPP recebeu milhares de sugestões populares, que foram convertidas em 3.111 PLEs. Após as anexações e análises anuais, 2.304 PLEs foram aprovadas, resultando em 1.056 emendas aos projetos de lei do PPAG e 715 aos projetos da Lei Orçamentária Anual - LOA, além do envio de 2.140 requerimentos solicitando informações ou providências a órgãos e entidades da administração pública. Afirmou que, no total, considerando os recursos novos, o remanejamento de recursos entre ações e as especificações de objeto de gasto em ações determinadas, o processo envolveu cerca de R\$252,98 milhões. A CPP também promove trabalhos educativos, por meio de grupos de trabalho para apoiar as sugestões de emendas ao PPAG e da distribuição de materiais educativos como Mapas de Conceitos Orçamentários, Guias de Programas Orçamentários, PPAG do dia, e, desde 2016, Boletins Bimestrais de Monitoramento da LOA.

**17h36min - ALMG e a Interlocução com a Sociedade: práticas participativas e canais de interação**





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Palestrante:** Dalton Macedo

**Síntese da Palestra:**

**DALTON MACEDO** relatou que a opção institucional da ALMG pelo fortalecimento da interação com a sociedade vem desde as eleições de 1986, a Assembleia Constituinte Nacional e a subsequente a Assembleia Constituinte Estadual, no contexto pós-ditadura. Listou, entre os marcos institucionais desse processo: o Comitê Deliberativo de Comunicação Institucional (1989) e a elaboração do Plano Estratégico e do Regimento Interno (1990), que regulamentou a iniciativa popular de lei, criou mecanismos de petição e de representação para controle da burocracia pública, ampliou os papéis das comissões e regulamentou as audiências públicas; criação da Secretaria de Comunicação Institucional e da Gerência-Geral de Projetos (1991); implantação dos eventos institucionais: ciclo de debates, fórum técnico e seminário legislativo e criação da Escola do Legislativo (1992); implantação das audiências públicas regionais, visando a participação na construção do orçamento (1993); criação da TV Assembleia (1995), primeiro canal legislativo do País; implantação da interiorização dos seminários legislativos (1999); regulamentação do debate público nas comissões permanentes pela Deliberação nº 1.728/99; criação da CPP (2003); implantação da consulta pública *online* no portal da ALMG (2009); implantação do Direcionamento Estratégico Assembleia para 2020 (2010). Dentro do Direcionamento Estratégico ALMG 2020, registrou a estruturação do Sistema de Relacionamento da ALMG, composto pelos Eventos Institucionais (ciclos de debates, fóruns técnicos e seminários legislativos); Eventos de Comissão (audiências públicas, debates públicos, reuniões com convidados, e visitas); Ferramentas Virtuais (consulta pública, envie sua sugestão de projeto de lei, dê sua opinião sobre projetos em tramitação, e reuniões interativas) e Interação (Fale com a Assembleia e Ouvidoria), apresentando dados quantitativos que demonstram o incremento do uso de cada um desses instrumentos ao longo dos anos. Todas essas ações culminaram na formalização da Política de Participação da ALMG, por meio da Deliberação nº 2.694/18, da qual se apresentou o marco conceitual, os princípios, as diretrizes e os parâmetros de avaliação.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**18 horas - Palestrante:** Bianca Melillo

**Síntese da palestra:**

**BIANCA MELILLO** apresentou o Conselho Gestor do portal da CMBH. Informou que acontecem reuniões mensais, com as quatro diretorias da Casa, além de representantes da Ouvidoria e Coordenadoria e Escola do Legislativo da Casa. Disse que foi lançado em novembro de 2016, o aprimoramento da interatividade do cidadão. Exibiu vídeo explorando as ferramentas de participação do portal de acompanhamento de audiências públicas e de proposições legislativas, medição de apoio ou rejeição às proposições, agendamento de visitas e Fale com a Câmara.

**18h11min - Palestrante:** Marco Aurélio Sezini

**Síntese da palestra:**

**MARCO SEZINI** apresentou as atribuições da Ouvidoria da CMBH, criada pela Deliberação nº 5/13, a quem cabe registrar e dar o tratamento adequado às sugestões, críticas, reclamações, denúncias, elogios e pedidos de informação, apresentados por público externo, sobre as atividades da CMBH. Esclareceu que a Ouvidoria é dirigida por um ouvidor designado pelo presidente da CMBH dentre os parlamentares eleitos. O ouvidor é indicado no início da legislatura (primeira sessão legislativa) para um mandato de dois anos. Após esse período, é designado um novo ouvidor (no início da terceira sessão legislativa) para novo mandato de dois anos, sendo proibida a recondução do mesmo vereador ao cargo de ouvidor no período subsequente. Apresentou dados quantitativos e perfil de classificação das demandas encaminhadas no primeiro trimestre do ano e os meios de contato e horários de atendimento.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**18h21min - Palestrantes:** Guilherme Marques Millas e Matheus Alcântara Souza

**Síntese da palestra:**

**MATHEUS ALCÂNTARA** apresentou o número de acessos do portal da Câmara, nos anos de 2017, 2018 e 2019, às seções Eventos, Cursos e Palestras e Audiências, Visitas e Seminários, Visite a Câmara, Câmara Mirim, Parlamento Jovem, Proposições - Acompanhe e Opine, funcionalidades lançadas em 2019. Destacou que visualização de transmissão ao vivo de reuniões ainda tem uma adesão muito baixa da população. Mencionou projetos futuros: acompanhamento de atividades de comissões; acompanhamento parlamentar; acompanhamento de notícias; comentários a projetos em tramitação e criação de aplicativo com funcionalidades contempladas na versão mobile do portal.

**18h36min - Palestrante:** Roberto Edson de Almeida

**Síntese da palestra:**

**ROBERTO ALMEIDA** informou que o artigo 16 do Estatuto da Criança e Adolescente - ECA, editado em 1992 já garantia a esse público o direito à participação política. Informou que, nesse sentido, a Escola do Legislativo da CMBH desenvolve os projetos Câmara Mirim, voltado para alunos do Ensino Fundamental, e Parlamento Jovem, desenvolvido em parceria com a Escola do Legislativo da ALMG, com foco em adolescentes até os 18 anos do Ensino Médio. Informou que, no âmbito de iniciativas de formação cidadã, a Escola do Legislativo da CMBH oferece anualmente os cursos de Orçamento Público e Mecanismos de Participação, seminários para debates de temas de interesse da sociedade, quando demandados por requerimento de comissão, além do projeto Visite a Câmara, em que escolas, associações, entidades e indivíduos podem fazer uma visita guiada nas dependências da CMBH, recebendo orientações sobre os trabalhos legislativos.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**18h47min - Palestrante:** Emanuela Pilé

**Síntese da palestra:**

**EMANUELA PILÉ** apresentou trabalho de cooperação desenvolvido entre a CPP da CMBH e a Procuradoria da CMBH, por meio de questionamento dirigido à Procuradoria acerca da abrangência territorial de ação da CPP. A demanda surgiu a partir de requerimento que visava à ampliação da defesa do uso da infraestrutura de transportes e do acesso a serviços públicos no Município de Belo Horizonte aos cidadãos dos 34 Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH. A representante da Procuradoria defendeu o entendimento de que público da CPP abrange todos aqueles cidadãos envolvidos no Município.

A deputada federal **AUREA CAROLINA** falou da importância da realização desse seminário num momento tão complexo da vida política nacional. Apontou restrição no regimento da CPP da CMBH a instituições e associações formais, destacando a atuação do coletivo Tarifa Zero, que, mesmo não possuindo registro formal, desenvolve estudos aprofundados sobre o trânsito e o transporte público de Belo Horizonte. Destacou que as ferramentas digitais não são apenas soluções, configuram-se como desafios para a democracia. Remeteu-se aos trabalhos de discussão de novo marco regulatório da mineração na Câmara Federal, com uso da ferramenta *wikilegis*, e aos projetos da Câmara Mirim e do Parlamento Jovem da Escola do Legislativo, na CMBH, que visam fomentar o debate e evitar a formação de bolhas digitais. Apontou a necessidade de discussão de novo Marco Civil da Internet, capaz de proteger as instituições democráticas das *fake news* e dos robôs, que dificultam o diálogo e o debate democrático. Ressaltou a oportunidade única de aprofundamento dos mecanismos de participação popular na CMBH sob a gestão da presidente Nely Aquino. Parabenizou as servidoras e os servidores presentes pela preocupação em conjugar o aumento da interatividade com o aumento da qualidade do debate público. Agradeceu a todos os envolvidos a oportunidade de debater e informou que teria que se retirar para atender outro compromisso.

**18h55min - Debate - Respostas aos questionamentos e a outras intervenções do público.**

A vereadora **BELLA GONÇALVES** convidou a vereadora Cida Falabella para compor a mesa e leu as perguntas dos participantes.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**MARIO MOREIRA**, em resposta a questionamento sobre conflito de competência de comissões, afirmou que Proposta de Ação Legislativa é exclusiva da CPP e visa à criação de nova proposição legislativa, que necessariamente envolve a tramitação por outras comissões de acordo com suas próprias competências.

**DALTON MACEDO** respondendo a questionamento sobre conselhos de políticas públicas em âmbito estadual, disse que a CPP tem tradição de apoio às conferências de políticas públicas, juntamente com o Executivo, de forma que se estabeleceu uma cultura de cooperação, com os Conselhos Estaduais, sem conflitos significativos.

### **19h16min - Encerramento**

A vereadora **BELLA GONÇALVES** comprometeu-se em levar as sugestões apresentadas ao longo do seminário para discussão e implementação na CPP e também encaminhá-las para a presidente Nely Aquino.

A vereadora **CIDA FALABELLA** ressaltou a importância dos mecanismos de participação no enraizamento das instituições democráticas. Expressou satisfação por compor a mesa com participação de servidoras e de servidores da CMBH. Agradeceu a presença e participação de todas as presentes e de todos os presentes.